**De:** Helena Céu Nascimento Pedroso [mailto: @gmail.com]

Enviada: quarta-feira, 25 de janeiro de 2017 23:38

Para: Comissão 8ª - CEC XIII <8CEC@ar.parlamento.pt>

Assunto: Petição n.º 202/XIII/2.ª - pedido de informação

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, MI Deputado Alexandre Quintanilha

A CONFAP entende como pertinente esta petição mas não pode deixar de aproveitar a oportunidade criada pela mesma para expressar mais uma vez o descontentamento pela alteração das regras após o inicio do ano letivo ou a meio do percurso de um ciclo como é o caso.

Os alunos que vão a exame este ano letivo criaram o hábito de usar calculadora no ano anterior. A meio do percurso do ciclo de estudos, após decisão do governo, foi-lhes comunicado que já não será para usar. Enfim, o que se nota mais uma vez é que ficou instalada a confusão. Apesar disso, o que é certo é que passaram a trabalhar sem o recurso da calculadora e a preparar o exame dessa forma. Decidir agora, neste momento do ano lectivo, de novo, pelo uso da calculadora não parece ser uma boa decisão.

Lembramos que estes exames, os seus resultados são determinantes para o futuro dos alunos pois influenciam a média de acesso à faculdade. Também por esse motivo há que ter um especial cuidado nas decisões tomadas relativamente a esta questão.

O que é facto é que por diversas vezes temos alertado que não devem ser alteradas as regras após o inicio do ano lectivo, ou, tal como acontece neste caso a meio do percurso escolar dos alunos que ainda não completaram aquele ciclo de estudos (neste caso 10.º e 11.º anos).

Não nos pronunciamos quanto ao facto de ser absolutamente fundamental o uso da calculadora para a aprendizagem das matérias deixando esse ponto para consideração das associações cientificas e associações de professores. No entanto, entendemos que é nosso dever alertar para o preço de aquisição da mesma que é demasiado elevado para ser um material obrigatório. Acrescendo o facto de a sua aquisição ser feita no inicio do ano quando os pais efetuam também compra de manuais escolares. As famílias tem sérias dificuldades para fazer face a uma despesa que chega a ter o valor de um salário mínimo nacional se juntarmos preços dos livros com o preço da calculadora e de outros materiais escolares. Há que refletir quanto a este aspeto também.

Melhores Cumprimentos.

O presidente do executivo da CONFAP,

Jorge Ascensão